

Radioativos continuam proibidos

O período chuvoso reativa também a polêmica antiga sobre os pára-raios radioativos. Embora esteja em vigor a resolução da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) proibindo a produção e comercialização deste tipo de captores, a medida não determina a retirada dos pára-raios radioativos instalados na cidade. Para os engenheiros que trabalham com o pára-raios convencional e para o professor Agemiro Cardoso é um absurdo a norma ter falhado neste ponto. "Foi proibida a comercialização do captor radioativo porque ele, além de representar um perigo para a saúde da população, não tem a eficácia comprovada", ressaltou Agemiro.

O consultor da CNEN/DF, Yroshi Sakamoto, explicou que a comissão vem recolhendo sistematicamente os pára-raios radioativos. Ele admitiu, porém, que a maioria dos captores que chegam ao CNEN vem das firmas que comercializam pára-raios. "Só recebemos captores que estavam instalados em órgãos públicos e que já apresenta-

vam alguma danificação nas suas astes". Sakamoto defendeu que a norma não é falha por não exigir a substituição dos pára-raios radioativos. "Não é verdade que eles não são eficientes, a comercialização e fabricação foram proibidas porque a eficácia é semelhante à do modelo convencional". Segundo Sakamoto só é permitido utilizar substâncias radioativas quando a sua utilização comprovadamente produz efeitos bem melhores que os sistemas sem a substância radioativa.

Diferença — O sistema de proteção dos dois tipos de pára-raios é semelhante. Eles são feitos de metal, são instalados em um ponto alto da residência, condomínio ou prédio comercial e através de condutores próprios é feito o aterramento do mesmo. Todos os dois têm uma malha de cordoalha (cabo de aço) no solo para equalizar a potência da energia quando o raio chega ao solo. O modelo convencional é feito um pé de galinha, com três pontas de metal, e o radioativo é redondo, onde fica guardado o Amerício 241, emissor de raios alfa.